



<input type="checkbox"/>	MUDOU-SE
<input type="checkbox"/>	ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/>	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/>	FALECIDO
<input type="checkbox"/>	DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/>	RECUSADO
<input type="checkbox"/>	AUSENTE
<input type="checkbox"/>	NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/>	OUTROS:
<input type="checkbox"/>	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
<input type="checkbox"/>	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM
DATA:	RUBRICA:



Fechamento Autorizado.
Pode ser aberto pela ECT



CRCMG

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DE MINAS GERAIS

Informativo do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais | Ano XVIII | n.º 176 | Nov/Dez 2015



X Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis



Chapa 1 vence as Eleições do CRCMG



Desenvolvimento Profissional

Educação Continuada: cumprimento da pontuação e novas regras para 2016 | página 3

Fiscalização

Profissionais devem comunicar ao Coaf operações de seus clientes | página 6

Opinião

Orçamento Público em tempo de crise | página 19

Conselho Diretor 2014/2015

Presidente

Marco Aurélio Cunha de Almeida

Vice-Presidente de Administração e Planejamento

Rogério Marques Noé

Vice-Presidente de Ética e Disciplina

Rosa Maria Abreu Barros

Vice-Presidente de Fiscalização

Walter Roosevelt Coutinho

Vice-Presidente de Registro

Mário César de Magalhães Mateus

Vice-Presidente de Controle Interno

Antônio de Pádua Soares Pelicarp

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Simone Maria Claudino de Oliveira

Vice-Presidente de Relacionamento Institucional

Jairo Marques Lopes Bahia

Conselheiros Efetivos

Alencar Pereira da Costa

Alexandre Bossi Queiroz

Andrezza Célia Moreira

Antônio Baitão de Amorim

Antônio de Pádua Soares Pelicarp

Carlos Alberto de Carvalho Junior

Célio Néio Pavione

Celso Guimarães da Costa

Geraldo César Frutuoso Guimarães

Guadalupe Machado Dias

Hilda Ramos Porto

Jairo Marques Lopes Bahia

José Athié Campos Cruz

José Francisco Alves

José Maria do Carmo

José Nascimento de Aguiar

Luiz Auto Fanini

Manoel Rodrigues Neto

Marco Aurélio Cunha de Almeida

Mário César de Magalhães Mateus

Mário Lúcio Gonçalves de Moura

Milton Mendes Botelho

Oscar Lopes da Silva

Otorino Neri

Patrícia Vasconcelos de Jesus

Paulo César Santana

Rogério de Souza Girardelli

Rogério Marques Noé

Romeci Rodrigues dos Santos

Ronaldo Maciel Dutra

Rosa Maria Abreu Barros

Sérgio Dias Bobiano

Simone Maria Claudino de Oliveira

Vander Luiz Fonseca

Vidigal Fernandes Martins

Walter Roosevelt Coutinho

Conselheiros Suplentes

Adelson Batista Magalhães Filho

Alfredo Calixto Batista Netto

Azenite Almeida Reis

Berenice Pereira Sucupira

César Augusto de Barros

Cleber Teixeira

Daniel Gerhard Batista

Daniela Carla Ferreira Barbosa

Diógenes de Sousa Ferreira

Edmarcos Braga dos Santos

Edna Mendes Hespagnol Costa

Eduardo Heleno Valadares Abreu

Edvar Dias Campos

Irene Corrêa da Rocha Reis

Janilton Marcel de Paiva

Jens Erik Hansen

Leonardo Luiz dos Santos

Luiz Gilberto de Paula

Marcos Antônio Rocha

Marcos José Faria

Maria das Dores Pereira

Maria Heloisa de Mendonça Nunes

Maria Inês Lara Silva

Marta Maria Guerson Ferreira

Orias Batista Freitas

Otarício José Dutra

Regina Gomes dos Santos

Regina Lopes de Assis

Renata Wanderley Pereira

Sandro Ângelo de Andrade

Sebastião Cruvinel Fonseca

Walter Coelho de Moraes

Wander Moreira Vilela de Barros Prata

A relação das Delegacias Seccionais está disponível no portal:
www.crcmg.org.br

EDITORIAL

Resultados da gestão 2014/2015

Como é do conhecimento de todos, em janeiro de 2016, haverá eleições internas no CRCMG, para a renovação do Conselho Diretor, uma vez que se encerra em dezembro a gestão 2014/2015. Com isso, este é o momento de fazermos um balanço das ações realizadas, de maneira a prestar contas àqueles que em nós confiaram quando nos escolheram como representantes do Conselho.

Nesses dois anos, muito foi realizado, sempre com o objetivo de valorizar a nossa profissão, colocando-a em posição de destaque. No início de 2014, nosso compromisso foi o de ultrapassar as prerrogativas do Conselho como um órgão de fiscalização, intensificando cada vez mais as ações e projetos voltados para o aprimoramento do profissional da contabilidade. Em 2014, mais de 15.600 pessoas tiveram a oportunidade de participar dos eventos realizados pelo CRCMG, número que aumentou em 2015, chegando a mais de 19.000 profissionais e acadêmicos.

Nessa área de desenvolvimento profissional, ainda foi lançado, em 2014, um sistema que permite aos interessados solicitar, de maneira simples e rápida, a realização de cursos e palestras, o que facilitou o acesso aos programas e eventos de capacitação. Além disso, seguindo o proposto, houve uma maior presença do Conselho no interior. Foram realizados diversos Seminários de Integração Regional, cursos e edições do Café com Contabilista. E, corroborando ainda mais esse foco no interior, a Convenção de Contabilidade de Minas Gerais foi realizada, pela primeira vez, fora da capital, em Uberlândia.

Foi implantada a TV CRCMG, com a edição do programa CRCMG Entrevista, com debates sobre temas atuais e a presença de profissionais especializados. Essa é mais uma maneira de o CRCMG oferecer ao profissional da contabilidade aprimoramento e capacitação técnica. 2015 foi marcado, ainda, pela campanha publicitária “Fique em Dia na Profissão e na Vida”, que alcançou ótimos resultados. A Campanha foi direcionada a diversos públicos e contou com cobertura maciça em todo o estado. Também foi lançado o aplicativo do CRCMG, no qual os profissionais da contabilidade, os empresários e os estudantes têm acesso a diversos serviços on-line.

Na área da fiscalização, função precípua do Conselho, seguindo a tendência dos últimos anos, têm sido realizadas cada vez mais diligências, a maioria delas de maneira eletrônica, facilitando a vida do profissional, que pode se programar para atender às exigências da fiscalização, desde que dentro do prazo estipulado. Da mesma forma, a área de registro está completamente informatizada, e toda a tramitação dos processos é feita de maneira eletrônica. Em nossa gestão, retornamos com as solenidades de entrega de carteira profissional, visando valorizar e reforçar a relação entre o profissional e o Conselho.

Somado a todas essas ações ligadas à sua função precípua, o CRCMG tem estado cada vez mais presente na imprensa, por meio de mídia espontânea, tendo o Conselho opinado em assuntos diversos. E o diálogo também foi uma marca desta gestão. Todos os públicos tiveram acesso ao CRCMG através dos atendimentos presenciais e telefônicos, além daqueles realizados pelo canal Ouvidoria, tendo sido atendidas as mais diversas demandas dos profissionais. Foram realizadas, ainda, reuniões e gestões junto a órgãos públicos, além de parcerias com a Secretaria de Estado de Fazenda, Receita Federal em Minas Gerais, Junta Comercial, Fiemg, Fecomércio, Sebrae-MG, Fecon, Sescon-MG, entre outros órgãos e entidades. Houve, também, uma reestruturação nas delegacias seccionais e a indicação de novos delegados, visando a melhoria do atendimento aos profissionais.

Para implementar suas atividades fins, o CRCMG ainda precisa gerir seu patrimônio, tanto de capital como de pessoas. Nesse aspecto, o controle do patrimônio público foi realizado com minúcia e prudência, o que pode ser conferido através de todos os documentos disponibilizados no portal do CRCMG, no menu Transparência Pública, o que reforça a transparência na prestação de contas.

Para que todas essas conquistas fossem possíveis, foi necessário um trabalho conjunto não só da diretoria do CRCMG, mas também de todos os conselheiros, delegados e funcionários. Por isso, agradeço todos os envolvidos e desejo sucesso aos profissionais da contabilidade deste estado, convidando-os a sempre buscarem a valorização da nossa profissão.



Marco Aurélio Cunha de Almeida
Presidente do CRCMG

Edição e redação: Fernanda de Oliveira e Sousa MG 06296 JP

Redação: Deborah Arduini MG 15468.JP

Publicidade: Gleice Vargas

Estagiária: Thalita Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação: Gíria Design e Comunicação

Revisão: Délia Ribeiro Leite e Igor dos Reis Alcântara

Fotos: Arquivo CRCMG, Deborah Arduini, Fernanda de Oliveira, Thalita Rodrigues e Eduardo Batista.

Fotolito e impressão: Rona Editora Ltda.

Tiragem: 36.000

CRCMG – Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

Rua Cláudio Manoel, 639 – Savassi

Cep 30140-105 – Belo Horizonte MG

Tel: (31) 3269-8400

E-mail: cremg@cremg.org.br

Site: www.crcmg.org.br

Os conceitos emitidos em artigos assinados e em matérias de outras instituições são de inteira responsabilidade de seus autores. As matérias deste jornal podem ser reproduzidas desde que citada a fonte.

Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC)

Novas regras para 2016 e dicas para o cumprimento da pontuação e a manutenção do CNAI

A partir de 2016, a NBC PG 12 entra em vigor. Dessa forma, os profissionais listados abaixo deverão ficar atentos e buscar o cumprimento da pontuação junto ao Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC):

- Profissionais que exercem atividades de auditoria independente, seja como sócios, responsáveis técnicos ou em cargo de direção ou gerência técnica de firmas de auditoria, **independentemente de registro na CVM ou de atuação como auditor em entidades reguladas pelo Bacen ou Susep;**

- Responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis ou que exerçam funções de gerência/chefia na área contábil das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela CVM, pelo BCB, pela Susep, ou consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007 (sociedades de grande porte).

Todos os profissionais citados terão que cumprir a pontuação e, até 31 de janeiro de 2017, comprovar os 40 pontos, através do envio do relatório ao CRCMG.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DO CRCMG: RESULTADOS E PRAZOS

Cumprindo seu papel como capacitadora, em 2015, o CRCMG promoveu diversos eventos que pontuaram no PEPC. Foram 25 cursos, 13 palestras e uma Convenção, totalizando 287 pontos.

Para os que já estão sujeitos ao Programa, os relatórios com a pontuação obtida no exercício de 2015 deverão ser protocolados no CRCMG até o dia 31 de janeiro de 2016.

DICAS PARA O CUMPRIMENTO DA PONTUAÇÃO E A MANUTENÇÃO DO CNAI

Visando tranquilizar o profissional que precisa cumprir o programa, que exige o mínimo de 40 pontos anuais, seguem algumas dicas:

- O principal objetivo do programa é que o profissional se mantenha em um processo constante de educação continuada. Portanto, é importante elaborar um planejamento para que, ao longo do ano, possa alcançar a pontuação necessária, não deixando esse encargo para os últimos meses;

- O mercado oferece diversas opções para o cumprimento da EPC. Contudo, antes de se matricular, é importante que o profissional se certifique de que o curso almejado seja realmente credenciado. Caso algum curso de seu interesse não esteja no programa, sugira à instituição que procure o CRC para verificar a possibilidade de ela se credenciar como capacitadora e, conseqüentemente, habilitar o referido curso;

- O CRCMG oferece vários cursos e eventos de média e curta duração que pontuam para a EPC. E há um planejamento para oferecer, em 2016, mais cursos e eventos que pontuem do que neste ano. Acompanhe a programação dos eventos nos informativos eletrônicos e no portal do CRCMG!

Para obter informações sobre o Programa de Educação Profissional Continuada, entre em contato pelos e-mails: ensino@crcmg.org.br ou gedep@crcmg.org.br. O contato também pode ser feito pelos telefones (31) 3269-8439 e (31) 3269-8410.

O descumprimento das disposições constantes na NBC PG 12 constitui infração às normas profissionais e ao Código de Ética Profissional, a ser apurada em processo administrativo no CRC.

CRCMG promove e apoia quase 20 mil capacitações profissionais

Em 2015, o CRCMG realizou inúmeros eventos visando o aperfeiçoamento dos profissionais da contabilidade e acadêmicos. Foram realizados 206 eventos, entre cursos, fóruns, seminários, encontros regionais e a convenção, o que possibilitou aproximadamente 4.300 capacitações. Desses eventos, 63% ocorreram no interior e 37%, na capital.

O CRCMG ainda apoiou 196 eventos de entidades parceiras, como palestras, cursos, jornadas e seminários, o que contribuiu para aproximadamente 11.500 capacitações profissionais.

O Conselho também apoiou eventos de conagraçamento e lazer realizados pela Fecon-MG e Mastermaq Softwares, em razão das comemorações da Semana da Contabilidade. A Fecon-MG realizou o 6º Eicon-MG, que contou com a participação de 430 pessoas, e a Mastermaq realizou o show da banda Cidade Negra no Chevrolet Hall, que contou com a presença de 3.000 pessoas.

Ao todo, em 2015, mais de 19.200 profissionais e acadêmicos participaram dos eventos realizados e apoiados pelo CRCMG.

Regularização de débitos encerrados

O CRCMG informa que, conforme definido no artigo 13 da Resolução CFC n.º 1.368/2011, os débitos que não tenham sido objeto de parcelamento anterior poderão ser pagos com redução de multa e juros, da seguinte forma:

I – à vista, com redução de 50%;

II – de 2 a 12 parcelas, com redução de 40%;

III – de 13 a 24 parcelas, com redução de 30%;

IV – de 25 a 36 parcelas, com redução de 20%.

O valor da parcela deverá ser de, no mínimo, R\$70,00 (setenta reais).

Dessa forma, o profissional da contabilidade ou organização contábil que estiver com débitos vencidos poderá usufruir do benefício. O parcelamento aplica-se também aos débitos inscritos em dívida ativa, bem como aos que estejam em fase de execução judicial já ajuizada.

De acordo com os artigos 12 e 21 do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, os profissionais, para exercerem a profissão, devem estar registrados no Conselho e em dia

com suas atribuições, em especial terem procedido ao pagamento da anuidade, vencida em 31/3 de cada ano. O não cumprimento do dispositivo legal acarreta o exercício ilegal ou irregular da profissão, sujeito às penalidades decorrentes de tal prática.

Profissional em débito, faça contato com a Gerência de Cadastro e Cobrança, através do e-mail cobranca@crcmg.org.br ou pelos telefones (31) 3269-8400 ou 0800 0318155, e regularize sua situação. **Não perca essa oportunidade!**

Cuidado! Informações erradas representam riscos e prejuízo

Para administrar bem as rotinas contábeis, sua empresa precisa de uma ferramenta que dê informações detalhadas.



- Todas as obrigações legais de seus clientes foram geradas?
- Evite multas! Todas as tarefas estão dentro do prazo?
- Caso um funcionário falte, quais delas ele já processou e como estão as outras?
- E ainda: deseja acompanhar o andamento das rotinas de sua empresa de onde estiver?

Para obter estas e outras respostas, conheça o Tarefas Web da Alterdata Software. O sistema que apresenta painéis com uma visão ampla das rotinas de sua empresa contábil.



 Alterdata
Tarefas



 Alterdata
SOFTWARE

0800-704-1418

www.alterdata.com.br

Publicado resultado do Exame de Suficiência de 2015

Média nacional foi de 14,67% de aprovados

O CFC publicou, no dia 23 de outubro, o resultado da segunda edição de 2015 do Exame de Suficiência, realizado no dia 20 de setembro. Nessa edição, para a prova de bacharel em Ciências Contábeis, foram registradas 43.376 inscrições. Desse total, 38.027 realizaram a prova, e o índice de aprovação foi de 14,67%, o que corresponde a 5.580 bacharéis.

Minas Gerais registrou um total de 3.755 inscritos, sendo que 3.335 pessoas realizaram as provas para Contador, e a aprovação foi de 18,23%.

Os aprovados terão o prazo de 2 anos, a contar da data da publicação da relação dos aprovados no Diário Oficial da União, para requererem o registro profissional no CRC.

O edital da primeira edição do Exame de Suficiência de 2016 deverá ser publicado em janeiro, e as provas serão realizadas em março. As informações sobre o Exame devem ser acompanhadas através dos sites do CRCMG, CFC e FBC e através dos informativos do CRCMG.

Conheça a **solução da Mastermaq** que deixa o seu escritório de contabilidade conectado **24x7** e o seu cliente mais próximo de você.



VANTAGENS

- Totalmente WEB
- Controle online das tarefas diárias, semanais e mensais de todos os clientes
- Segurança no envio e recebimento de documentos e informações entre escritório de contabilidade e clientes

Entre em contato:

0800 941 7500

comercial@mastermaq.com.br

Prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro

Obrigações dos profissionais da contabilidade em comunicar ao Coaf operações de seus clientes

O crime de lavagem de dinheiro caracteriza-se por um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita. Ele se desenvolve por meio de um processo dinâmico que envolve, teoricamente, três fases independentes (colocação, ocultação e integração) que, com frequência, ocorrem simultaneamente.

A expressão lavagem de dinheiro originou-se, historicamente, no costume das máfias norte americanas, na segunda década do século XX, de usar lavanderias para ocultar a procedência ilegal de seu dinheiro. Alguns doutrinadores preferem utilizar o termo “Lavagem de Capitais”, pelo seu caráter mais abrangente e, em muitos países, inclusive Portugal, o termo usado é “branqueamento de dinheiro”, porém, internacionalmente, a expressão mais utilizada para designar esta atividade é “Money Laundering”.

Estima-se a possível existência de um trilhão de dólares em circulação em todo o mundo, proveniente da “lavagem de dinheiro”, importância que equivaleria ao oitavo PIB do planeta, ou seja, ao do Canadá.

Nas últimas décadas, em decorrência da globalização dos mercados, as autoridades locais e internacionais buscam aperfeiçoar os mecanismos para monitoramento e controle de atividades suspeitas. A necessidade de integração de todos os países que possuem uma política econômica séria para combater e coibir essa prática criminosa ficou ainda mais evidenciada em 1988, quando foi realizada a Convenção de Viena, cujo principal objetivo foi a união de diversos países no combate ao narcotráfico e ao seu financiamento.

Inserido nesse contexto mundial, em 1998, o Brasil sancionou a Lei n.º 9.613, determinando quais as principais diretrizes para o combate e a prevenção às atividades criminosas, arraigadas na economia nacional e mundial.

Como órgão de inteligência, foi criado o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), no âmbito do Ministério da Fazenda, tendo como finalidade disciplinar e aplicar penas administrativas e, principalmente, receber, examinar e identificar ocorrências suspeitas de atividades ilícitas. É um órgão administrativo e trabalha em conjunto com outros entes, pois não tem poder de polícia.

Em 2012, foi sancionada a Lei n.º 12.683, que alterou a Lei n.º 9.613/1998 e requereu a participação da sociedade, exigindo, para diversas atividades, a criação de mecanismos internos que permitam a identificação e a comunicação de transações suspeitas de crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens.

Aos contadores, auditores e organizações contábeis, foram impostas obrigações para o cumprimento da lei, inclusive a comunicação, de forma eletrônica, ao Coaf das operações diversas de seus clientes com indícios ou suspeição de estarem ligadas ao crime de lavagem de dinheiro. Nesse contexto, cabe aos profissionais da contabilidade, detentores do conhecimento das operações e dos processos empresariais,

a correta e eficiente utilização das informações, o que é de extrema relevância e importância.

Ressalta-se que a imposição dessas obrigações não foi exclusiva para a profissão contábil. Outras profissões regulamentadas e atividades também foram contempladas no cumprimento de ações decorrentes da Lei n.º 9.613/1998.

O Conselho Federal de Contabilidade, em conjunto com o Ibracon e a Fenacon, desenvolveu estudos junto ao Coaf, com o objetivo de regular a aplicação da Lei n.º 9.613/1998 à classe contábil brasileira, editando a Resolução CFC n.º 1.445/2013, de forma a atender, exclusivamente, as atividades e a prestação de serviços da profissão contábil.

No intuito de esclarecer e orientar os profissionais da contabilidade quanto à aplicação da Resolução CFC n.º 1.445/2013 e da Lei n.º 9.613/1998, o Jornal do CRCMG disponibiliza as informações a seguir.

Objetivo da Resolução CFC n.º 1.445/2013:

- O objetivo da resolução é regulamentar a aplicação da Lei n.º 9.613/1998 para os profissionais e organizações contábeis, permitindo a eles que se protejam da utilização indevida de seus serviços para atos ilícitos que lhe possam gerar sanções penais previstas em lei, além dos riscos de imagem pela associação do seu nome a organizações criminosas.

Aplicação da Resolução CFC n.º 1.445/2013:

- Essa resolução aplica-se a todos os profissionais da contabilidade e organizações contábeis que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, nas operações elencadas em seu artigo 1º, exceto os profissionais da contabilidade empregados de empresa em geral.

Aplicação da Lei n.º 9.613/1998:

- No aspecto penal, a referida lei já se aplicava a toda a sociedade brasileira, mesmo antes das alterações introduzidas pela Lei n.º 12.683/2012. No aspecto administrativo, ela aplica-se às pessoas físicas e jurídicas elencadas no seu artigo 9º, inciso XIV, incluindo os profissionais e organizações contábeis no rol de responsáveis pela prestação de informações ao Coaf. Os clientes dos profissionais da contabilidade e/ou das organizações contábeis só estarão obrigados à comunicação (de ocorrência ou negativa) ao Coaf se também estiverem enquadrados no rol de responsáveis elencados no artigo 9º.

Procedimentos a serem adotados perante os clientes em atendimento à Resolução CFC n.º 1.445/2013:

- Os profissionais devem esclarecer aos seus clientes os propósitos da lei e da resolução, incluindo a cláusula que ressalta a obrigação de cumprimento à Lei n.º 9.613/1998 e alterações e à Resolução CFC n.º 1.445/2013, nos contratos de prestação de serviços. Dada a relevância das obrigações legais, recomenda-se que os profissionais da contabilidade, entre outros procedimentos, orientem também seus colaboradores quanto à atenção necessária para o cumprimento da lei.

Política de prevenção:

• Os profissionais e organizações contábeis, no desempenho de suas atividades, devem adotar procedimentos de controle, visando conhecer de forma detalhada seu cliente e suas operações comerciais e financeiras, de maneira a evitar práticas suspeitas que comprometam a prestação do serviço e, conseqüentemente, a responsabilidade técnica.

Obrigatoriedade do cadastro de clientes:

• Os profissionais da contabilidade e organizações contábeis devem manter cadastro de seus clientes e dos demais envolvidos nas operações que realizarem, inclusive representantes e procuradores, conforme dispõe o artigo 10 da Lei n.º 9.613/1998, com regulação nos artigos 4º, 5º e 15 da Resolução CFC n.º 1.445/2013. Nesse aspecto, cabe ressaltar que o profissional e a organização contábil devem observar o princípio do “conheça o seu cliente”.

Pessoas politicamente expostas:

• De acordo com a Resolução Coaf n.º 16/2007: “consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores”. (Vide alínea “e” do inciso I e alínea “d” do inciso II do artigo 4º da Resolução CFC n.º 1.445/2013).

Manutenção do registro de operações:

• Os profissionais e organizações contábeis deverão manter o registro de todos os serviços que prestarem, de acordo com o artigo 8º da Resolução CFC n.º 1.445/2013, com as seguintes informações:

I - Identificação do cliente; II - Descrição pormenorizada dos serviços prestados ou das operações realizadas; III - Valor da operação; IV - Data da operação; V - Forma de pagamento; VI - Meio de pagamento; e VII - O registro fundamentado da decisão de proceder, ou não, às comunicações de que trata o artigo 9º, bem como das análises de que trata o artigo 3º.

Operações que devem ser analisadas quanto aos indícios de crimes previstos na Lei n.º 9.613/1998:

Devem ser analisadas as operações previstas no artigo 9º, inciso XIV, da Lei n.º 9.613/1998 e regulamentadas nos artigos 1º, 9º e 10 da Resolução CFC n.º 1.445/2013.

Indícios de suspeição:

• Conforme previsto no artigo 9º da Resolução CFC n.º 1.445/2013, antes de fazer qualquer comunicação ao Coaf, o profissional da contabilidade ou organização contábil deve analisar com especial atenção e verificar se há indícios de suspeição que possam constituir crimes previstos na Lei n.º 9.613/1998 ou com eles relacionar-se, efetuando as seguintes considerações sobre as operações: se não há relacionamento com o ramo do negócio; se a origem econômica é inexistente ou duvidosa; se é incompatível com o patrimônio e com a capacidade financeira do cliente; se o beneficiário final é omissis ou não identificável; se é fictícia, com indícios de superfaturamento ou subfaturamento, e se envolve Decore cujo rendimento declarado é incompatível com a capacidade financeira do cliente. Evidenciados os indícios de crimes, deve-se fazer a comunicação ao Coaf no prazo de 24 horas a partir da ciência dos fatos.

Operações que devem ser informadas ao Coaf independente de análise:

• As operações consideradas suspeitas de acordo com os artigos 9º e 11 da Lei n.º 9.613/1998, regulados pelo artigo 10º da Resolução CFC n.º 1.445/2013, devem ser comunicadas ao Coaf, independente

de análise ou de quaisquer outras considerações.

Comunicação ao Coaf:

• Desde 1º de janeiro de 2014, as comunicações devem ser efetuadas no prazo de 24 horas, a partir do conhecimento da operação e conclusão da necessidade de informar ao Coaf (artigo 13 da Resolução CFC n.º 1.445/2013). A comunicação deverá ser feita por meio do Siscoaf, após o cadastro no sítio do Coaf (www.coaf.fazenda.gov.br).

Declaração Negativa:

• De acordo com o artigo 14 da Resolução CFC n.º 1.445/2013, se não houver comunicação durante o ano civil, os profissionais da contabilidade e organizações contábeis devem prestar informação de não ocorrência (declaração negativa), no período de 1º a 31/1 do ano seguinte.

Sigilo profissional das informações prestadas ao Coaf:

• Os profissionais e as organizações contábeis, na prestação de serviço, não são investigadores ou denunciadores das operações realizadas por seus clientes. As comunicações, quando efetuadas, são informações protegidas por sigilo e não se configuram como denúncias. O sigilo, o zelo, a diligência e a honestidade a serem observados pelo profissional estão contidos no Código de Ética, conforme o artigo 2º, inciso II, porém ressalvam-se os casos previstos em lei. Assim, o disposto no CEPC não dispensa a comunicação prevista na Lei n.º 9.613/1998. O Coaf procederá à análise da informação, podendo se utilizar de informações recebidas de outros agentes. Se concluir pela existência de crimes previstos na lei, de fundados indícios de sua prática ou de qualquer outro ilícito, comunicará às autoridades competentes, para instauração dos procedimentos cabíveis, mantendo a confidencialidade do informante.

Penalidades aplicadas aos profissionais da contabilidade que descumprirem a Resolução CFC n.º 1.445/2013:

• O profissional da contabilidade que descumprir o disposto na Resolução CFC n.º 1.445/2013 está sujeito às sanções administrativas ético-disciplinares nos Conselhos Regionais de Contabilidade, constantes do artigo 27 do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e no Código de Ética Profissional do Contador (Resolução CFC n.º 803/1996), sem prejuízo das sanções e penalidades previstas na Lei n.º 9.613/1998.

Cadastro no sítio do Coaf:

• Todos os profissionais da contabilidade que atuam como pessoa física e as organizações contábeis, exceto aqueles com vínculo empregatício, devem se cadastrar no Siscoaf (sítio do Coaf) www.coaf.fazenda.gov.br. Os clientes não precisam ser relacionados.

Para o primeiro acesso, o usuário deverá seguir os seguintes passos:

1º passo – Clique em Acesso ao Siscoaf.

2º passo – Clique em COMUNICANTE NOVO.

3º passo – Leia os termos e clique em LI E QUERO ME CADASTRAR.

4º passo – Entre com CPF, se profissional contábil; ou com CNPJ, se organização contábil.

5º passo – Informe o segmento: CFC – Contador – Serviço de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria, aconselhamento ou assistência.

6º passo – Cadastre as informações do COMUNICANTE.

7º passo – Finalizar o cadastro e aguardar a liberação por parte do Coaf.

8º passo – Após a liberação do Siscoaf, entrar e fazer as comunicações.

PVCC: um programa que age em favor da sociedade

Em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), criou o Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), com a finalidade de sensibilizar os profissionais da área quanto à importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Por meio dos projetos institucionais do Programa, a classe contábil disponibiliza seus conhecimentos, em ações sociais de voluntariado organizado. Com isso, são registrados, mensurados e avaliados os resultados das atividades voluntárias empreendidas pelos profissionais da contabilidade.

O Programa conta com alguns projetos, que buscam uma melhor qualidade de vida para a sociedade, através da contribuição voluntária dos profissionais da classe contábil. São eles: Gestão Eficiente da Merenda Escolar, Assistência a Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Mobilização Social para Doações ao Funcionário, Rede Nacional de Cidadania e Ações Localizadas de Voluntariado em Políticas Sociais e Comunitárias.

Minas Gerais contou com 435 cadastrados no Programa, até junho de 2015. Todos os profissionais registrados no Sistema CFC/CRCs podem participar, através do cadastro no site do programa. Além disso, os estudantes também podem se cadastrar, os trabalhos desenvolvidos contam como horas de atividades extracurriculares exigidas pela grade do curso. Portanto, eles só poderão se cadastrar sob a orientação de um supervisor. A faculdade ainda pode realizar um convênio com o CRC. O termo de convênio pode ser solicitado através do e-mail pvcc@crcmg.org.br, e enviado para o CRCMG, após a assinatura da instituição. Os candidatos e supervisores serão aprovados no Programa se o registro profissional do supervisor estiver em situação regular no Conselho.

Aqueles que se credenciam como voluntários do PVCC têm como missão orientar instituições sociais nas prestações



de contas que viabilizam o acesso a fundos e doações e nos orçamentos de projetos sociais e socioambientais. Em parceria com a Ação Fome Zero, por exemplo, os voluntários colaboram na prestação de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar para escolas públicas. É uma ajuda valiosa, visto que muitas escolas deixam de receber o benefício por não possuírem um profissional capacitado para essa função.

Mais informações sobre os projetos desenvolvidos, as entidades parceiras e as orientações para o cadastramento são encontradas no site do PVCC: voluntariadocontabil.cfc.org.br

CADASTRAMENTO E REGISTROS: SISTEMA ONLINE PVCC

O sistema *online* do Programa de Voluntariado da Classe Contábil é a ferramenta que possibilita a administração dos trabalhos voluntários. É através dele que o profissional, o estudante e as instituições se cadastram no PVCC, registram suas atividades e têm acesso às atividades realizadas por outros voluntários. Para acessá-lo, entre no site do PVCC e cadastre-se.

Além de cadastrar as horas no sistema, o voluntário poderá, também, contar a sua história e enviar fotos, para que sejam publicados os benefícios trazidos pela atividade desempenhada, provando a relevância de sua atuação e a necessidade de se expandir esse tipo de ação.

Comprando um de nossos sistemas - GANHE, SITE MODELO INICIANTE

REGISTROS
WEB

Pacote Contábil R\$ 350,00 mensais

Incluindo taxa de manutenção técnica e suporte para esclarecimentos de dúvidas e atualizações (Folha de Pagamento / Contabilidade / Livro Caixa)

Atendemos a todo Brasil

SITES
a partir de:
290,00

Eleita chapa para renovação de 1/3 do plenário

A Chapa 1 foi eleita no processo eleitoral realizado pelo CRCMG, com 60,03% dos votos. As eleições para renovação de 1/3 dos membros que compõem o plenário do CRCMG ocorreram nos dias 17 e 18 de novembro, via internet.

Opção de voto	Qtde. de votos	Percentual	% Válidos
Chapa 1	17.256	49,05%	60,03%
Chapa 2	11.489	32,65%	39,97%
Branco	6.438	18,30%	–
Total	35.183 (28.745 válidos)	100%	100%

A posse dos conselheiros acontecerá na primeira reunião plenária de 2016, quando será eleita a nova diretoria do CRCMG para o mandato de janeiro de 2016 a dezembro de 2017.

JUSTIFICATIVAS E MULTAS

Após o período de eleição, de 19 de novembro até as 23h59min do dia 18 de dezembro, ficará disponível no sistema de eleição, www.eleicaoorc.com.br, o formulário para justificativa de quem não votou. O sistema pode ser acessado também em banner específico no portal do CRCMG e do CFC. Após registrar a justificativa, o sistema mostrará uma página com uma mensagem de sucesso e um botão para impressão do comprovante da justificativa.

São consideradas causas justificáveis para o impedimento da votação, segundo o artigo 2º da Resolução CFC n.º 1.481/2015: impedimento legal ou força maior e enfermidade.

Os profissionais que não votaram e que não apresentarem justificativa estarão sujeitos à pena de multa no valor correspondente a 30% da anuidade do Técnico em Contabilidade em vigor.



DOMÍNIO CONTÁBIL PLUS, SIMPLES PARA VOCÊ. COMPLETO PARA SEU ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE.

Para mais informações entre em contato conosco:
0800 645 4004 - www.dominiosistemas.com.br

DOMÍNIO



THOMSON REUTERS™

**PÓS-GRADUAÇÃO
PUC MINAS**

**Para quem
sabe aonde
quer chegar.**

MBA E ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE

Inscrições até 20 de fevereiro
pucminas.br/iec
(31) 3319-4444



CFC realiza o X Encontro de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis

Foi realizado, nos dias 26 e 27 de outubro, o X Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (X ENCPCCC), com a presença de cerca de 180 participantes. Promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), organizado pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), com o apoio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), o evento foi realizado em Belo Horizonte. O X ENCPCCC teve por objetivo aproximar o Sistema CFC/CRCs da realidade das Instituições de Ensino Superior (IES), discutir a qualidade do ensino e as tendências da profissão e debater os principais desafios dos cursos em Ciências Contábeis.

O presidente do CRCMG, contador Marco Aurélio de Almeida, fez a abertura do encontro e destacou a importância do diálogo e da interação entre o órgão de fiscalização e as IES. “Esses encontros são sempre importantes e proveitosos, até porque são essas instituições que formam aqueles que, futuramente, irão se registrar nos Conselhos.”, disse.

Falou, também, sobre o valor do Exame de Suficiência como um norte para as instituições de ensino, pois, com o Exame, é verificado se há um nivelamento na base que tem sido oferecida àqueles que almejam se registrar no Conselho, bem como o perfil esperado do profissional da contabilidade. “O profissional de hoje deve ser multitarefa e ter uma visão global do sistema financeiro das empresas e do governo. Por isso, é grande a responsabilidade das instituições de ensino: formar os futuros profissionais, com esse novo perfil, conhecedores de todas as novas práticas que têm sido adotadas e conscientes da necessidade de aprimoramento contínuo. O trabalho conjunto das instituições e dos Conselhos de Contabilidade, portanto, fará com que, efetivamente, caminhemos em direção à valorização da nossa profissão.”, afirmou Almeida.

Para o presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), contador Juarez Domingues Carneiro, é importante o esforço que o CFC tem feito para trazer conhecimento e promover um canal com os coordenadores e professores de contabilidade. Ele ressaltou que este evento é uma forma de atrair uma fatia expressiva para discutir o ensino de contabilidade e trocar informações, para fazer com que o curso de Ciências Contábeis seja cada vez melhor. Carneiro falou também sobre a colaboração da FBC nesse contexto. “A FBC tem contribuído a partir dos resultados dos Exames. Temos trabalhado para que tudo seja aprimorado. A cada exame, a FBC analisa cada questão, qual o grau de dificuldade, como os alunos a analisam. No último resultado, as aprovações foram baixas. Mas temos de analisar que o resultado não é só do aluno, mas também do professor e da instituição de ensino. O resultado é o trabalho que foi desenvolvido com os alunos durante todos os anos de curso.”, finalizou.

Em seguida, o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, contador Zulmir Ivânio Breda, falou sobre a importância dos professores na sala de aula e os objetivos do encontro, que tem o intuito de melhorar não só o meio acadêmico, como também o ambiente de trabalho. “Parabenizo o trabalho incansável dos professores em ensinar aos alunos. Há um crescimento rápido no número de novos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Por um lado é bom, já que são mais profissionais no mercado; por outro, isso nos preocupa, pois temos de garantir a qualidade desses cursos. Gostaríamos de participar do processo de autorização dos novos cursos, para podermos garantir bons profissionais no mercado.”, afirmou.

PRÊMIO OLIVIO KOLIVER

Após a solenidade de abertura, foi realizada a entrega da premiação da

segunda edição do Prêmio Olivio Koliver, instituído pelo CFC e promovido pela Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), com a finalidade de estimular a produção de pesquisas técnicas e científicas na área contábil.

A edição de 2015 do Prêmio Olivio Koliver teve como vencedor o artigo “Remuneração de executivos e desempenho das companhias abertas brasileiras: uma visão empírica após a publicação da Instrução Normativa CVM n.º 480”, publicado na edição n.º 209, referente aos meses de setembro e outubro de 2014. Os autores do artigo vencedor foram: Juliano Augusto Orsi Araújo, Cláudio Parisi, Aldy Fernandes da Silva e Wilson Toshiro Nakamura, que receberam o prêmio das mãos do vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, Zulmir Ivânio Breda, e da coordenadora do Conselho Editorial da RBC, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha.

PALESTRAS

A rodada de palestras do primeiro dia teve início com o tema “Inovação – O DNA das pessoas de sucesso”, abordado pela comunicadora e especialista em Gestão de Marketing, Rosana Nogueira Marsiglia. Segundo ela, trabalhar como professor no Brasil é ter de se inovar sempre. Para ela, pelo fato de o curso de Ciências Contábeis ser o quarto mais procurado do Brasil, a responsabilidade é ainda maior. Ela falou também sobre o que é ter sucesso. “As pessoas de sucesso param de falar do impossível e trabalham com o possível. Na nossa sociedade, a pessoa que tem dinheiro é uma pessoa de sucesso. Sucesso é ter um resultado feliz em algo. Portanto, nem toda pessoa que tem dinheiro tem sucesso.”, explicou.

Rosana Marsiglia deu algumas dicas para que os professores e coordenadores possam ter mais credibilidade em seu ambiente de trabalho, como: saia do automático e inove para ser melhor que o concorrente; fale a linguagem do seu público; não corrija o aluno de uma forma que o exponha para toda a turma; cuide do tom de voz e da aparência; valorize o que se posta nas redes sociais e invista para que a relação com os alunos seja memorável e eles sintam saudades das aulas.

Os Programas de Pós-Graduação (PPGs) precisam passar por reformulações para que sejam formados docentes mais capacitados a lecionar. Foi essa a conclusão a que os presentes no painel “A Pós-Graduação e a Formação Docente” chegaram.

Coordenado pela vice-presidente de Gestão do CRCRS, Ana Tércia Lopes Rodrigues, o debate contou com a apresentação dos painelistas Prof. Dr. Ernani Otti, doutor em Ciências Econômicas e Empresariais e presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT); Prof.ª Dr.ª Márcia Martins Mendes de Luca, coordenadora adjunta da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Capes e professora associada da Universidade Federal do Ceará; e Prof. Dr. Anderson Braga Aguiar, coordenador do Programa de Controladoria e Contabilidade da USP e professor doutor do Departamento de Contabilidade e Atuária, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

Para os palestrantes, o tema do debate é de grande importância, pois, os incentivos dos Programas de Pós-Graduação são, principalmente, voltados para formar pesquisadores, quando, na verdade, o objetivo principal deveria ser formar profissionais para o exercício do magistério. De acordo com Márcia Martins, menos de 10% dos cursos de Pós-Graduação em Ciências Contábeis possuem disciplinas obrigatórias com foco na formação para a docência, pois priorizam as áreas específicas de pesquisa científica.

Para a melhoria da qualidade de ensino, os palestrantes exemplificaram

algumas ações que precisam ser tomadas, como a necessidade de preparação específica para exercer a docência, pois, como colocou Andson Braga Aguiar, conhecimento específico e experiência profissional não são o bastante para assegurar um bom desempenho docente. “É necessária uma formação didático-pedagógica. Entender as relações entre ensino e aprendizagem.”, concluiu. Após a apresentação dos painelistas, foi aberto um momento para que o público pudesse expor suas opiniões sobre o tema.

“Diretrizes Curriculares e Novas Proposições” foi o tema do último painel do dia. O assunto foi abordado pelos painelistas Prof. Dr. José Antônio de França, professor adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília (UNB); Prof.^a Me. Ana Tércia Lopes Rodrigues, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e vice-presidente de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul; Prof.^a Me. Marisa Luciana Schwabe de Moraes, conselheira do CFC e coordenadora do curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Univali – Gestão no Campus Biguaçu; e Prof. José Elias Feres de Almeida, professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

O painel, coordenado pelo presidente da FBC, Juarez Domingues Carneiro, abordou questões relativas à estrutura curricular dos cursos de Ciências Contábeis e sua integração com as demandas atuais do mercado de trabalho, bem como as demandas de formação acadêmica, tendo em vista as indagações feitas pelo coordenador sobre a elaboração da terceira edição do livro “Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis”, que será lançado em breve. Os painelistas destacaram os principais desafios encontrados desde a elaboração da primeira edição do livro, lançada em 2007.

Foram enfatizadas, também, questões sobre capacitação e melhorias na educação. “Mudamos um pouco a estrutura deste painel para discutir questões importantes. O assunto principal foi abordado através do livro, mas falamos também sobre qualificação, capacitação, educação continuada e sobre as possíveis causas dos resultados insatisfatórios no índice de aprovação da segunda edição de 2015 do Exame de Suficiência. Sabemos que são muitos os desafios que temos pela frente, mas os avanços surgem em momentos como esses.”, lembrou.

SEGUNDO DIA

O segundo dia do X Encontro teve início com o painel “Diretrizes do Enade e alteração da legislação contábil: como incorporar no ensino da Contabilidade”. O tema foi apresentado pelos painelistas: Prof. Nilton César Lima, professor Adjunto II da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, onde também é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis; Prof. Sérgio Luiz Agostinho Gonçalves, professor titular e coordenador do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Sudamérica e professor titular da Unipac Leopoldina, avaliador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, professor contratado em pós-graduações da área contábil em Muriaé-MG, Ubá-MG, Teófilo Otoni-MG, Santo Antônio de Pádua-RJ; e Prof. Vidigal Fernandes Martins, professor da Universidade Federal de Uberlândia e conselheiro do CRCMG.

Nilton Lima apresentou os objetivos e as finalidades do Enade, bem como os indicadores da qualidade da educação superior, compostos pelo Enade: Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados na Instituição. Ele destacou a importância da mobilização dos alunos quanto ao Enade, ressaltando que ele é pré-requisito para a colação de grau e



Mesa da solenidade de abertura: (a partir da esq.) Paulo Cezar Consentino dos Santos, Zulmir Ivânio Breda, Marco Aurélio Cunha de Almeida, Juarez Domingues Carneiro e Ernani Otti.

pontua as instituições de ensino, com implicações para aqueles que obtêm bons ou maus resultados.

Em seguida, Vidigal Fernandes Martins apresentou os resultados de uma pesquisa sobre os mecanismos de conscientização utilizados pelas instituições de ensino públicas e privadas, no sentido de divulgar o Enade, e, também, exemplos de campanhas realizadas. “De forma geral, as campanhas ainda são pobres em termos de conscientização. Ainda há muito o que evoluir.”, disse. Martins destacou que, para ele, futuramente os resultados do Enade podem vir a ser usados em concursos públicos, no Exame de Suficiência e nos editais de mestrado e doutorado.

Na sequência, foi aberto espaço para debates e discutidas, principalmente, as dificuldades encontradas pelas instituições de ensino privadas para compor o quadro de professores com titulação de mestre e doutor e os desafios para a obtenção de boa pontuação no Enade. O painel foi coordenado pela Prof.^a Me. Marisa Luciana Schwabe de Moraes, conselheira da Câmara de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC e coordenadora do curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Univali – gestão no Campus Biguaçu.

Logo após, o professor, presidente e fundador da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte (Facisa-BH) e conselheiro do CRCMG, Antônio Baião de Amorim, e o diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES), professor Sólon Hormidas Caldas, apresentaram o painel “Abordagem sobre a problemática do Fies e questões pertinentes ao financiamento das IES”.

Baião mostrou aos presentes como está a participação privada no ensino superior e apresentou dados e informações sobre o financiamento público no Brasil, como: o histórico do financiamento público; os problemas que a restrição do Fies tem trazido; prioridades do novo Fies; e a necessidade de se pensar em outros caminhos para a expansão, através de financiamento próprio.

Seguindo o mesmo raciocínio, Sólon expôs sobre os impactos da intervenção do governo nas normas do Fies, publicadas no mês de dezembro de 2014, pelas Portarias Normativas MEC n.º 21, 22 e 23. Segundo ele, as novas regras do Fies impuseram restrições que refletiram na diminuição do preenchimento das vagas concedidas. “Foi feito um estudo que provou que, quanto menor a renda do estudante, menor a pontuação no Enem. Com a mudança da regra, que aumentou a exigência mínima de pontos, os estudantes mais carentes não têm conseguido o Fies, prejudicando, assim, quem realmente necessita do financiamento. Com isso, temos conseguido preencher apenas 50% das vagas disponíveis para o Fies. Com toda essa restrição, estão colocando um

freio na expansão do ensino superior”, falou. Além disso, Sólon expôs sobre a insegurança das instituições de ensino, devido à instabilidade econômica do país. “Com a escassez de recursos públicos, a tendência é limitar ainda mais o Fies. Não sabemos se haverá oferta para o Fies em 2016. E como fica a captação sem Fies? Cada instituição vai ter de pensar uma estratégia de captação para atrair alunos. Não conte com o Fies como única fonte de capitação, pois não vamos tê-lo.”, finalizou.

A palestra “Retenção de talentos no contexto da pós-modernidade” trouxe um assunto atual e importante para o X Encontro, os novos métodos que os professores devem adotar para dar uma aula de qualidade na era da web. A palestra foi ministrada pelo economista, líder da área de Desenvolvimento de Novos Negócios da Carta Consulta, MBA em Gestão Estratégica de Marketing e mestre em Inovação e Competitividade, professor de Pós-Graduação e cursos de capacitação para reitores, coordenadores de curso e colaboradores de Instituições de Ensino Superior, Wille Muriel, com a coordenação do Conselheiro do CFC, José Eustáquio Geovanini.

Wille Muriel iniciou a palestra explicando o significado do tema “Retenção de talentos”, já que a palavra “reter” não está sendo utilizada no sentido de prender o aluno na instituição e, sim, de cativar e capacitá-lo e, assim, descobrir seus talentos. Para ele, isso não é possível com o método de aula padronizada e engessada que existe até hoje, com aulas expositivas repletas de slides. “É natural que o aluno de hoje, que tem uma necessidade maior de coisas ágeis e diferentes, tenha dificuldade em lidar com essa grade curricular padronizada, mecânica. O projeto pedagógico é um instrumento que serve para auxiliar o professor, mas ele não deve ficar preso a ele. O foco tem de ser o aluno!”, completou.

Uma das principais mudanças que deve ocorrer nos métodos de ensino, segundo ele, é a mudança de paradigmas. “Os professores devem se atualizar, perder essa visão mecânica de lecionar, se concentrar nas necessidades de seus alunos e não no projeto pedagógico da instituição.”, enfatizou. Ele ressaltou a importância das redes sociais para que os professores conheçam melhor seus alunos, pois, através das redes, os professores conseguem avaliar o comportamento dos alunos, que fazem avaliações das aulas, expõem do que gostam ou não, o que acaba aproximando mais o professor de seus alunos.

Para finalizar, ele ainda deu algumas dicas valiosas para os presentes: “Faça seu aluno ganhar tempo. Nos dias de hoje, os alunos não conseguem mais ficar várias aulas tratando do mesmo conteúdo, da mesma maneira. Use o tempo da melhor forma possível. Prenda a atenção dos seus alunos, invista em novas metodologias de aprendizagem e na capacidade deles.”, concluiu. Após a palestra, houve um momento de debate, no qual o público pôde expor suas opiniões.

Refletir sobre os desafios que serão enfrentados pela educação no futuro: essa foi a proposta apresentada na palestra “Panorama da Educação a Distância no Brasil” que encerrou o X ENCPCCC, apresentada pelo Dr. Klaus Schlünzen Junior, licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Ciência da Computação pela Universidade Estadual de Campinas e doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas; professor livre-docente em Informática e Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com estágio de pós-doutoramento na Universitat de Barcelona; coordenador do Núcleo de Educação a Distância da Unesp; professor efetivo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, da Unesp, e do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/Unesp. A palestra foi coordenada pelo vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, Zulmir Ivânio Breda.

A palestra abordou os desafios dessa modalidade de educação e a sua importância, visando à integração das tecnologias digitais da informação e da comunicação na formação profissional, principalmente no ensino superior. “Do ponto de vista da educação, talvez a gente viva um dos momentos mais especiais. Temos um cenário desafiador e uma questão: que educação é essa que a gente projeta para os próximos anos?”, ressaltou. Para ele, é preciso falar em Tecnologias na Educação, em vez de usar o termo “Educação a Distân-

cia”. “O desafio é construir uma cultura de inovação na Educação, e estamos em um processo de transição: com tantos recursos tecnológicos, o professor deixou de ser uma fonte de informação. Por isso, precisamos sair da lógica da distribuição de informação e partir para a lógica da construção/interação. O professor deverá promover atividades para que os alunos gerem algo, eles precisam produzir e construir o conhecimento.”, explicou.

Klaus Schlünzen apresentou os desafios que se apresentam nesse processo e o que vem sendo elaborado pela Unesp. Também mencionou algumas sugestões, que podem contribuir para o avanço desse pensamento dentro da Educação: metodologias ativas de aprendizagem, currículos flexíveis, internacionalização, combate à evasão por meio de um currículo mais contextualizado, significativo e flexível e definição de uma política para os 20% de EAD na graduação, para potencializar o uso da Tecnologia e Autoria e Construção (TAC).

ENCERRAMENTO

A mesa de encerramento foi composta pelo vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, Zulmir Ivânio Breda; pelo presidente do CRCMG, Marco Aurélio Cunha de Almeida, e pela vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCMG, Simone Maria Claudino de Oliveira.

O presidente do CRCMG agradeceu a presença de todos e destacou o alto nível das palestras e dos debates realizados, mas, também, que o número de instituições participantes ainda é baixo: “Infelizmente, o número de instituições de ensino aqui presentes ainda é baixo, tendo em vista o número total no país, mas sabemos que estamos plantando uma semente e que a tendência é de que as instituições entendam a importância deste Encontro.”.

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, Zulmir Ivânio Breda, fez uma avaliação minuciosa do X ENCPCCC. Destacou a expectativa inicial para o Encontro e a elaboração da programação. “Por ser o décimo encontro nacional, tínhamos uma expectativa muito boa no sentido de termos um público expressivo e, também, de trazer temas importantes para o momento da educação no Brasil, especialmente a educação do curso de Ciências Contábeis. Pensamos a programação trazendo os temas que estão sendo mais discutidos nos fóruns estaduais, que acontecem ao longo do ano em cada CRC.”, disse. Breda destacou que o Encontro seria uma síntese daquilo que foi debatido nos diversos estados, uma oportunidade de conhecer as diferenças de realidade dentro do país. “Então, o Encontro tem também esse objetivo, essa troca de experiências, de conhecimento e dos problemas do outro, porque, quando a gente passa a conhecer o problema do outro, às vezes percebemos que o da gente não é tão grande assim, isso também tem esse efeito.”, falou.

Segundo ele, os objetivos e as expectativas foram alcançados. “Os temas foram muito bem desenvolvidos pelos palestrantes, abordamos questões como os problemas na formação dos docentes, o papel da Capes e da ANPCONT nesse sentido, da Abracicon, do CFC e da FBC, com vistas a buscarmos caminhos para melhorar a formação docente do Brasil. A questão da formação teórica versus a formação prática, que também é um dilema e que se estende mais ao mercado; a questão da Capes e do MEC e o reflexo disso no Exame de Suficiência; e, também, a dicotomia entre a forma de ensinar e a forma de aprender nos dias de hoje.”, lembrou.

Como avaliação geral, o vice-presidente afirmou estar muito satisfeito com o evento, com a qualidade das discussões e com a participação da plateia. “Houve participação intensa da plateia e isso foi muito legal. Acho que minha única frustração foi o número não tão grande de participantes como a gente imaginava, porque temos quase 1500 cursos no Brasil e temos aqui pouco mais de 10% dos professores e coordenadores. Então, isso é algo que temos que lamentar. Mas, ao mesmo tempo, já participei de outros encontros anteriores e eu não tinha percebido uma participação tão forte da plateia como aqui. Cada um pôde expor as suas dificuldades, compartilhar com o grupo e ouvir algumas propostas de solução. Isto foi o ponto alto desse X Encontro, a efetiva participação!”.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CRCMG

Balancete Patrimonial para verificação do mês de outubro

ATIVO	Out-15	Out-14	AH	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Out-15	Out-14	AH
Ativo Circulante	33.845.213	31.538.275	7,31%	Passivo Circulante	7.377.392	6.595.577	11,85%
Caixa e Equivalente de Caixa	31.962.356	25.769.205	24,03%	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	152.282	131.652	15,67%
Bancos Conta Movimento	197.749	187.549	5,44%	Encargos Sociais a Pagar	152.282	131.652	15,67%
Bancos Conta Aplicação Financeira	31.764.377	25.580.056	24,18%	Obrigações de Curto Prazo	272.393	313.851	-13,21%
Adiantamentos de Suprimentos	230	1.600	-85,63%	Obrigações Fiscais de Curto Prazo	5.344	4.456	19,93%
Créditos de Curto Prazo	1.474.588	5.467.775	-73,03%	Depósitos Consignáveis	118.301	105.187	12,47%
Créditos do Exercício	4.944.313	4.078.771	21,22%	Fornecedores	148.748	204.208	-27,16%
Créditos de Exercícios Anteriores	7.026.246	6.249.113	12,44%	Demais Obrigações de Curto Prazo	232.799	103.674	124,55%
Parcelamento de Débitos	2.804.503	3.207.795	-12,57%	Contas a Pagar	30.303	16.597	82,58%
(-) Perda Estimada c/Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.300.474)	(8.067.904)	64,86%	Transferências Legais	9.918	6.909	43,55%
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	339.222	237.654	42,74%	Outras Obrigações	192.578	80.168	140,22%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e Terceiros	151.502	137.539	10,15%	Provisões de Curto Prazo	6.719.918	6.046.400	11,14%
Depósitos Restituíveis e Valores	187.720	100.115	87,50%	Provisões Trabalhistas	1.036.946	983.270	5,46%
Estoques	64.043	56.353	13,65%	Provisões p/Riscos Trabalhistas e Cíveis	4.097.722	3.181.732	28,79%
Almoxxarifado	64.043	56.353	13,65%	Provisão de Cota-parte	1.585.250	1.881.398	-15,74%
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	5.004	7.288	-31,34%	Patrimônio Líquido	43.786.802	41.284.654	6,06%
Seguros a Apropriar e Assinaturas Periódicas	5.004	7.288	-31,34%	Ajustes de Exercícios Anteriores	316.994	3.570	8779,38%
Ativo Não Circulante	27.360.433	21.332.770	28,26%	Resultados Acumulados	43.469.808	41.281.084	5,30%
Ativo Realizável a Longo Prazo	10.246.490	4.210.973	143,33%	Varição Patrimonial Aumentativa	46.959.566	45.995.606	2,10%
Parcelamento de Débitos	6.453.090	5.917.736	9,05%				
Créditos de Exercícios Anteriores Não Executados	10.677.156	13.226.563	-19,27%				
Dívida Ativa Executada	35.940.582	28.468.191	26,25%				
(-)Perda Estimada c/Créditos de Liquidação Duvidosa	(42.824.338)	(43.401.517)	-1,33%				
Investimentos, Imobilizado e Intangível	17.113.943	17.121.797	-0,05%				
Investimentos	7.839	7.839	0,00%				
Bens Móveis	2.704.472	2.675.344	1,09%				
Bens Imóveis	16.528.514	16.069.443	2,86%				
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis	(1.149.521)	(909.432)	26,40%				
(-) Depreciação Acumulada Bens Imóveis	(977.361)	(721.397)	35,48%				
Varição Patrimonial Diminutiva	36.918.114	41.004.792	-9,97%				
TOTAL	98.123.760	93.875.837	4,53%	TOTAL	98.123.760	93.875.837	4,53%

Balancete Financeiro para verificação do mês de outubro

INGRESSOS	Out-15	Out-14	AH
Receita Orçamentária	1.441.548	1.080.801	33,38%
Recebimentos Extraorçamentários	1.662.812	1.573.571	5,67%
Caixa e Equivalente de Caixa do Mês Anterior	31.864.871	26.063.934	22,26%
TOTAL	34.969.231	28.718.306	21,77%
DISPÊNDIOS	Out-15	Out-14	AH
Despesa Orçamentária	1.406.517	1.423.647	-1,20%
Pagamentos Extraorçamentários	1.600.358	1.525.453	4,91%
Caixa e Equivalente de Caixa para o Mês Seguinte	31.962.356	25.769.206	24,03%
TOTAL	34.969.231	28.718.306	21,77%

Demonstração do Superávit Orçamentário para verificação até o mês de outubro

DESCRIÇÃO	Out-15	Out-14	AH
Receitas Correntes	26.367.885	22.230.192	18,61%
Receitas de Capital	3.385	97.373	-96,52%
Subtotal	26.371.270	22.327.565	18,11%
Despesas Correntes	18.286.618	16.108.417	13,52%
Despesas de Capital	55.606	201.615	-72,42%
Subtotal	18.342.224	16.310.032	12,46%
Superávit Apurado	8.029.046	6.017.533	33,43%

Contador MARCO AURÉLIO CUNHA DE ALMEIDA - Presidente - CRCMG 56290/0

Contador MAURO BENEDITO PRIMEIRO - Gerente de Contabilidade - CRCMG 54.453/0 - CPF 682.100.946-53

SEUS
**MELHORES
NÚMEROS**
APARECEM
NAS **QUADRAS,**
NOS **GINÁSIOS**
E NAS **PISCINAS.**

**CONTADOR, REPASSE
ESSA IDEIA AOS
SEUS CLIENTES.**

**INVESTIR NO
DESENVOLVIMENTO
DE ATLETAS É
INVESTIR NA
FORMAÇÃO
DE CIDADÃOS.**

LEI FEDERAL DE INCENTIVO:

EMPRESAS QUE FAZEM SUA DECLARAÇÃO
POR LUCRO REAL PODEM APORTAR
ATÉ 1% DO IMPOSTO DE RENDA DEVIDO.

PESSOAS FÍSICAS QUE FAZEM SUA DECLARAÇÃO
PELO MODELO COMPLETO PODEM APORTAR
ATÉ 6% DO IMPOSTO DEVIDO.

informações: (31) 3516 1334 / 1329 / 1349
www.minastenisclube.com.br



minas tênis clube:
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DE ATLETAS POR MEIO DA
INTEGRAÇÃO DAS CIÊNCIAS
DO ESPORTE

Contribuinte – pessoa física – pode escolher o destino de seu IR

Profissionais da contabilidade devem esclarecer e orientar seus clientes

É possível ao contribuinte – pessoa física – escolher o destino do Imposto de Renda (IR) devido. Em vez de ir para os cofres do Governo Federal, os recursos podem ser direcionados para o desenvolvimento social e econômico, por meio do fomento à cultura, pela Lei n.º 8.313/1991 – Lei Federal de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet. O processo é simples e seguro e o profissional da contabilidade tem papel fundamental.

A Lei Rouanet regulamenta a concessão de incentivos fiscais às atividades culturais. Possibilita que contribuintes – pessoa física – destinem percentual do IR ao patrocínio de projetos de natureza cultural apresentados por pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. O desconto referente à destinação não pode ultrapassar 6% do imposto de renda devido, sendo que a escolha dessa destinação só pode ser efetuada quando o contribuinte opta pelo modelo completo de Declaração. O processo tem documento comprobatório: o Recibo de Mece-nato, que segue modelo padrão do Ministério da Cultura e reúne informações básicas, como Nome/CPF do doador, dados completos do projeto beneficiado, conta bancária, data e valor da aplicação, entre outras.

Importante destacar que o desconto não prejudica outras deduções da base de cálculo, como as relativas à saúde, aos dependentes, às escolas, à pensão alimentícia e à previdência privada. Assim, não gera questionamentos ou autuações da Receita Federal, desde que efetuado de forma correta por parte do contribuinte – pessoa física –, de acordo com a legislação vigente.

O modelo de captação de recursos via IR de pessoa física é considerado uma das ferramentas mais importantes para ativação de recursos destinados à produção cultural no país. Além disso, permite que os recursos financeiros que seriam destinados aos cofres públicos fiquem na cidade dos contribuintes, auxiliando o desenvolvimento da economia local.

Além da destinação para projetos da Lei Rouanet, o contribuinte pode fazer doações para os Fundos da Criança e do Adolescente e do Idoso ou para programas de incentivo à atividade audiovisual e ao esporte. Também são passíveis de dedução contribuições destinadas ao Programa Nacional de

Apoio à Atenção à Saúde de Pessoas com Deficiências (Pro-nas/PCD) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), no limite de 1% cada. Isso significa que, no total, é possível abater até 8% do IR. O profissional da contabilidade deve informar e orientar seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas, sobre as possibilidades e a importância de fazerem a destinação do Imposto de Renda (IR) devido.

Colaboração: Cristina Mota, analista de Comunicação Corporativa da Unimed-BH

REDUZA SEU CUSTO EM **ATÉ 80%**
 Sistemas Contábeis Sem Mensalidade

- 0 sistema é seu
- 12 meses de suporte e atualizações gratuitos
- Presente em todo o Brasil

Teste nossos softwares!

FOLHA DE PAGAMENTO, FISCAL, CONTABILIDADE, FINANCEIRO, NF-E, PATRIMONIAL

e-contab
 www.e-contab.com.br

10 anos

São Paulo: (11) 4063-2062
 SP Interior: (19) 4062-8202
 Salvador: (71) 4062-7362
 Curitiba: (41) 4063-7122
 Rio de Janeiro: (21) 4063-5062
 Belo Horizonte: (31) 4063-6062

Sistema Fiemg: trabalho com segurança e saúde

Poderes público e privado unem forças para a prevenção de acidentes nas indústrias

A prevenção como forma de garantir mais segurança e saúde no trabalho foi destaque na edição do Rotas para o Futuro em 2015. O projeto foi realizado em 24 cidades do estado, envolvendo mais de 4.500 pessoas, entre industriais, industriários e membros da comunidade. A segunda etapa ocorreu de 16/9 a 6/10, em oito municípios que integram as regionais Fiemg. No dia 24/9, o Rotas para o Futuro passou por Belo Horizonte e contou também com representantes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

O presidente da Fiemg, Olavo Machado Junior, ressaltou que o intuito do projeto é promover a união dos poderes público e privado para uma indústria e, conseqüentemente, uma sociedade mais segura: “É importante criarmos esse ambiente de conscientização e termos vários atores da sociedade, como juizes do trabalho, médicos e engenheiros, buscando somar naquilo que nós estamos desenvolvendo.”

O desembargador Anemar Amaral, do TRT, destacou o caráter econômico do fomento à cultura da prevenção, motivada pelo Rotas para o Futuro. “Todos perdem com o acidente de trabalho, já a prevenção interessa a todos os segmentos. Interessa ao trabalhador e à empresa.”, salientou. Ele é gestor do Projeto Trabalho Seguro, idealizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A promotora de justiça do MPMG e coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos e Apoio Comunitário, Nivea Mônica da Silva, apresentou a campanha “Que diferença faz?”, de inclusão social, que conta com o apoio do Sistema Fiemg. Ela entende que há um traço comum entre as iniciativas: “Ambos os projetos são de uma sociedade mais sustentável!”.

O projeto Rotas para o Futuro, realizado pelo Sistema Fiemg em parceria com o Sebrae Minas e com apoio da VB Comunicação, está em sua quinta edição. As palestras foram conduzidas, em 2015, pelo advogado e engenheiro Marcelo Gários, especialista em segurança do trabalho.

**Espaço cedido pelo CRCMG conforme convênio firmado entre as duas entidades.*



Crédito: Sebastião Jacinto Junior/Fiemg.

Desembargador Anemar Amaral, promotora Nivea Mônica da Silva e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) Olavo Machado Junior.

Bloco K: nova demanda para o Sped Fiscal

As empresas do ramo industrial e algumas do setor de comércio se preparam para atender à nova exigência do Sped Fiscal, o Bloco K – Controle de Produção de Estoque. Ele terá como objetivo melhorar o controle sobre contribuintes por meio das informações de registro de estoque, desde a compra da matéria-prima até a elaboração do produto final e, conseqüentemente, a revenda desses produtos pelo comércio.

Uma das dificuldades encontradas ao declarar as informações pertinentes ao estoque não é apenas o desinteresse de alguns empresários, uma vez que já utilizam o modelo Kardex ou o inventário físico de estoque, que é exigido pelo Sped Fiscal dentro do Bloco H. O maior problema é regulamentar, dentro das organizações, uma política mais burocrática ao controle e à produção de estoques.

Até o início de outubro de 2015, as empresas tinham como determinação enviar os registros do Bloco K a partir de 1º de janeiro de 2016. Entretanto, no dia 2 de outubro de 2015, na 158ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), realizada em Florianópolis, a entidade, juntamente com o Secretário da Receita Federal, alterou novamente a cláusula 3ª do “Ajuste SINIEF 02/09, de Abril/2009”, limitando a obrigatoriedade para algumas

empresas da indústria em janeiro de 2016, e postergando para 2017 e 2018 outras empresas do segmento industrial e atacadista, tendo em vista o respectivo faturamento anual. Empresas optantes pelo Simples Nacional continuam não obrigadas a tal procedimento.

Cada empresa deve verificar os prazos cabíveis e começar a se adequar às exigências, para evitar possíveis erros que a demanda do Bloco K possa ocasionar ao contribuinte.

****Derec Leme**



Crédito: Jéssica Andrade.

** Espaço cedido pelo CRCMG conforme convênio firmado entre as duas entidades.*

***Supervisor Contábil Sindical da Fecomércio MG.*

Sescon/MG comemora 25 anos de muitas conquistas

O Sescon/MG comemorou em outubro, no Centro de Facilidades do Minas Tênis Clube I, a solenidade festiva de 25 anos de fundação. O evento foi marcado pela alegria plena em celebrar as importantes conquistas do sindicato no decorrer de todos esses anos.

O presidente do Sescon/MG, Sauro Henrique de Almeida, citou em seu discurso uma frase do filósofo e político romano, Marco Túlio Cícero, que disse: “Nenhum dever é mais importante do que a gratidão.”, destacando a importância de todos aqueles que trilham o caminho junto ao Sescon/MG. “Temos a certeza de que nada – absolutamente nada – se constrói sozinho, senão em parceria, portanto, temos hoje imensa satisfação de agradecer a todos que estão aqui: autoridades, parceiros da Fenacon, Sescon/Sescaps, diretores, associados, colaboradores e amigos. Hoje é a celebração do êxito de uma missão, com valores que dão sentido à nossa existência enquanto sindicato, que desde sua fundação, em 1990,

cumpre a missão clara e direta: sindicalismo de resultado, com seriedade.”.

Diversas autoridades prestigiaram o evento, entre elas o deputado federal Leonardo Quintão; o vereador Pelé do Vôlei; o presidente da Fenacon, Mário Elmir Berti; o presidente do CRCMG, Marco Aurélio Cunha de Almeida; o presidente da Associação Comercial de Teófilo Otoni, Ricardo Bastos; a presidente do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, Maria de Lourdes Medeiros; Eugênio Veloso, da Prefeitura de Belo Horizonte.

Na oportunidade, o Sescon/MG prestou homenagens especiais aos presidentes das gestões anteriores, José Xavier Cunha, João Batista de Almeida e Luciano Alves de Almeida.

Também foram homenageados importantes parceiros que trilham este longo caminho junto ao sindicato, como é o caso do presidente do Jornal Diário do Comércio,



Crédito: Túlio Costa.

Luiz Carlos Motta Costa; da diretora de registro da Junta Comercial de Minas Gerais, Ligia Xenex; e da funcionária do Sescon/MG, Evanir Adelme de Souza, que completa 18 anos de dedicação e comprometimento ao Sindicato.

** Espaço cedido pelo CRCMG conforme convênio firmado entre as duas entidades.*

Fórum entre as Federações dos Contabilistas do Brasil

Em outubro, ocorreu o Fórum entre as Federações dos Contabilistas do Brasil, na cidade de Belo Horizonte. Participaram a Fecontesp (São Paulo), Federacon (Rio Grande do Sul), Fedcont (Rio de Janeiro), Fecopar (Paraná), Federação dos Contabilistas do Norte e Nordeste e Fecon (Minas Gerais). A reunião acontece desde 2014, tendo como objetivo a união e a integração das Federações de Contabilistas de todo o país.

Entre os assuntos discutidos, o presidente da Fecon MG, Rogério Noé, destacou a questão da recobrança sindical, uma vez que o Ministério do Trabalho fez uma notificação extrajudicial para que os próprios sindicatos façam a cobrança da contribuição sindical, que é obrigatória.

Rogério Noé também ressaltou a importância da continuidade do Fórum entre as Federações dos Contabilistas, pois essa sinergia possibilita maior sucesso da estruturação da classe contábil e continuidade das ações promovidas para seu benefício.

ELEIÇÕES FECON

No dia 20 de novembro, foram eleitos o novo presidente, Renato Paviône, e a diretoria da Federação dos Contabilistas de Minas Gerais. Representantes dos Sindicatos de Contabilistas de várias cidades estiveram presentes na sede da Fecon MG, em Belo Horizonte, para a eleição, que contou com Chapa Única, refletindo a união dos Sindicatos de Contabilistas do Estado de Minas Gerais.



Crédito: Fecon/MG.

Renato Paviône, novo presidente eleito, e Rogério Noé, atual presidente da Fecon MG.

O presidente eleito, Renato Paviône, afirmou que seu mandato será marcado pela continuidade do trabalho sério e comprometido, em prol da classe contábil, “fazendo uma representação digna, planejada e executiva, além de encurtar distâncias e favorecer sempre o conhecimento”.

** Espaço cedido pelo CRCMG conforme convênio firmado entre as duas entidades.*

DESAPARECIDOS



Nome: Bruna Marques Melo
Data de desaparecimento: 23/10/2009
Idade: 4 anos
Local de desaparecimento: Frutal/MG



Nome: Pedro Augusto Neves Diniz Pereira
Data de desaparecimento: 4/5/2014
Idade: 17 anos
Local de desaparecimento: Ibirité/MG



Nome: Davidson Dutra Dias
Data de desaparecimento: 23/4/2013
Idade: 28 anos
Local de desaparecimento: Contagem/MG



Nome: Marcos dos Reis Henrique
Data de desaparecimento: 1/12/2011
Idade: 48 anos
Local de desaparecimento: Contagem/MG



Nome: Leonardo França da Costa
Data de desaparecimento: 16/10/2013
Idade: 42 anos
Local de desaparecimento: Divisa Alegre/MG

Caso reconheça alguma dessas pessoas, entre em contato com a Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida – Polícia Civil de Minas Gerais, 0800-2828197, ou acesse www.delegaciavirtual.sids.mg.gov.br

**SOMAR ALEGRIAS
SUBTRAIR ANGÚSTIAS
MULTIPLICAR SONHOS
DIVIDIR CONQUISTAS**

*Desejamos a você e sua família um
feliz Natal e um próspero 2016.
Boas festas!*

Marco Aurélio Cunha de Almeida
Presidente do CRCMG



Orçamento Público em tempo de crise

*Adeildo Rodrigues da Costa

Em tempos de crise, em que somos bombardeados com informações nada animadoras da economia do país, temos o desafio de elaborar uma peça tão importante no processo de planejamento governamental, que é o Orçamento Público. Embora, legalmente, esse instrumento de lei deva ser enviado ao Legislativo para discussão e votação, nossa intenção, nesse momento, é apenas uma reflexão sobre o tema.

Nos últimos anos, tivemos exercícios de fracos desempenhos econômicos no país. Essa instabilidade na economia impacta diretamente o quanto de recurso estará disponível, representando um desafio à elaboração do planejamento orçamentário e financeiro.

É certo que um bom planejamento é fundamental para se evitar que faltem recursos para os serviços essenciais à população, principalmente em tempos de crise. Portanto, ainda que o cenário fiscal e o panorama econômico do país tenham se mostrado desafiadores no curto e médio prazo, devemos, como conhecedores da ciência da Contabilidade, elaborar essa peça tão importante.

As expectativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), para 2015, que orientam as projeções fiscais do governo federal, efetivamente sofreram repetidas reduções ao longo do ano. Experimentamos, portanto, uma contramão extremamente atípica da economia e de difícil previsão.

Na tentativa de reverter a tendência de deficits fiscais, a União, os Estados e os Municípios têm apresentado medidas para a contenção de despesas ou ampliação de receitas. Em particular, a União e o Estado são responsáveis pelas transferências de recursos de maior relevância para os Municípios, que são as receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e diversos repasses financeiros, que também têm sido afetados, levando a possíveis riscos na prestação dos serviços públicos. Temos visto a paralisação, mesmo temporária, de obras e de serviços, o que poderá comprometer a eficiência e a efetividade dos gastos públicos.

Sabemos que a Lei Orçamentária Anual, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, ratificou-se como uma peça importantíssima no processo de planejamento governamental. A partir desse marco na história do setor público, ficou mais contundente a aplicabilidade da cultura do planejamento governamental, ou seja, passamos a discutir assuntos, o que antes era apenas uma teoria, tais como:

- I. As metas fiscais;
- II. Os limites de gastos, de endividamento e equilíbrio das contas;

- III. A organização, a prevenção e o controle interno;
- IV. Consolidação dos dados orçamentários e contábeis;
- V. A transparência das ações de governo em relação à população;
- VI. A Responsabilidade fiscal.

A partir daí, abriu-se um novo capítulo na história da Administração Pública sobre finanças públicas, que estabeleceu o foco nos resultados, exigindo nova dimensão para o Planejamento Governamental.

Sabemos que a Lei Orçamentária Anual deverá demonstrar a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Hoje, mais do que nunca, a articulação entre os três planos orçamentários é regra essencial da boa conduta fazendária.

O Orçamento Anual é o instrumento de elo entre o planejamento e a execução física e financeira das ações de governo; apresenta os meios para chegar aos fins, ou melhor, os recursos financeiros a serem obtidos e a alocação destes para atender aos objetivos e às metas pretendidas; possui um caráter autorizativo para os gestores públicos, pois estabelece limites de despesas, em função da receita estimada, para que a administração atue.

A elaboração e execução da LOA são reguladas por diversos instrumentos legais. Desde a Lei maior do país até as leis locais, são fixadas normas de regulamentação do Orçamento Anual, que estabelecem, entre outros, seus princípios, conteúdo, forma, prazo para envio ao Legislativo, vedações e condições a emendas.

Portanto, o planejamento caracteriza-se por ser função primordial do Estado em quaisquer das suas esferas. Afirmação essa que pode ser comprovada por meio do artigo 174 da CF, “Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de [...] planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”. Em síntese, não há, portanto, como se pensar em planejamento sem aperfeiçoarmos o orçamento público e o adequarmos a essa realidade atual, para que ele reproduza fielmente os planos de governo e as políticas públicas.

É importante que a presente crise fiscal seja encarada como uma oportunidade para melhor construir e efetivar o que se propõe no orçamento, preservando o objetivo de responsabilidade fiscal e preparando melhor o poder público para o enfrentamento de eventuais crises econômicas.

*Contador, membro do Grupo de Trabalho da Área Pública do CRCMG.

Cidadão Honorário

O presidente do CRCMG, contador Marco Aurélio Cunha de Almeida, recebeu, no dia 2 de outubro, o título de Cidadão Honorário da cidade de Uberlândia, conforme proposição do vereador Ismar Prado, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à classe contábil de

Minas Gerais, principalmente a de Uberlândia. A sessão solene foi realizada na Câmara Municipal de Uberlândia, Plenário Homero Santos, e contou com a presença de autoridades locais, de conselheiros e delegados seccionais do CRCMG e de profissionais da contabilidade.

FIA: repasses podem salvar crianças e adolescentes

O Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), autorizado pela Lei Federal n.º 8.242/1991 e gerido pelos Conselhos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CDCAs), foi criado para captação de recursos destinados a políticas, programas e ações voltadas às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Tanto pessoas físicas que fazem suas declarações em modelo completo quanto pessoas jurídicas optantes pelo lucro

real podem repassar parte do Imposto de Renda devido ao FIA, sem nenhum custo. Os profissionais da contabilidade têm um papel fundamental nesse processo, pois são os detentores das informações e podem orientar todos os seus clientes quanto às possibilidades de destinação.

Para as pessoas físicas que escolhem o modelo completo, a destinação de 6% do imposto pode ser realizada a qualquer momento, tendo como data

limite o dia 30 de dezembro de cada ano. Aqueles que preferirem, poderão destinar o valor no momento de fazer a Declaração do Imposto de Renda, mas, neste caso, as doações ficam restritas a 3% do imposto devido, lembrando que deve ser observado o limite global de 6% de destinações, conforme o artigo 22 da Lei n.º 9.532/1997. Já para as pessoas jurídicas, a doação é limitada a 1% do valor do Imposto de Renda apurado com base no lucro real.

CRCMG realiza a distribuição das latas de leite em pó

O Grupo de Trabalho Programa de Voluntariado da Classe Contábil/Contabilista Solidário tem o intuito de incentivar e promover o espírito de cidadania e responsabilidade social entre os profissionais, estudantes e colaboradores do CRCMG. Com essa missão, por meio de eventos, o Projeto arrecada latas de leite em pó e realiza a doação a instituições carentes, creches e asilos cadastrados.

Em novembro, foram distribuídas as 2.864 latas arrecadadas durante a Semana da Contabilidade, realizada de 21 a 25 de setembro.

As instituições que receberem as doações, em Belo

Horizonte, foram: Escola Estadual Dona Argentina Vianna Castello Branco, Creche das Rosinhas, Creche Comunitária Tia Mamália, Abrigo dos Idosos Santa Rita de Cássia/Sociedade São Vicente de Paulo e Abrigo Frei Otto. No interior, as doações foram destinadas para a Apae de Dores do Turvo, a Associação de Promoção à Cidadania – Pão da Alma, de Divinópolis, e a Comunidade Servos da Cruz de São Damião, também de Divinópolis.

Conheça e ajude as entidades cadastradas! Os interessados podem fazer contato pelo telefone: (31) 3269-8420 e obter os dados necessários.

TV CRCMG

Acompanhe a TV CRCMG no Youtube. A cada mês, um novo programa CRCMG Entrevista está no ar, sempre com temas relevantes para o cotidiano do profissional da contabilidade.

Confira em: https://www.youtube.com/channel/UC7G_Zhe7J2ifjb81eXZLtZg